

A Bolívia No Pêndulo Da História

As lições de 1952 instruindo os projetos do século XXI

Cristine Koehler Zanella / Pâmela Marconatto Marques / Ricardo Antônio Silva Seitenfus

Em 1952 um levante inflamou as massas populares na Bolívia, fazendo-as pegar em armas contra o próprio exército, a fim de depor um governante que chefiava o país ao alvedrio de sua vontade. Inicialmente se contextualizará esta revolução, identificando seus sucessos e fracassos. Após cinquenta anos, um novo levante encabeçado pelas massas volta a convulsionar as estruturas do país. A similaridade das causas presentes com aquelas do passado parece evidente. A segunda seção investigará os precedentes da eleição de Evo Morales, suas primeiras ações e possíveis desafios à consolidação de sistema democrático forte e estável no país.

Cristine Koehler Zanella: Professora da Faculdade de Direito de Santa Maria, bacharel em Direito, mestranda em Integração Latino-Americana e pesquisadora nas áreas de Direito Internacional, Relações Internacionais e Integração Latino-Americana.

Pâmela Marconatto Marques: Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria, Mestranda em Integração Latino-Americana e pesquisadora nas áreas de Movimentos Sociais Latino-Americanos, Relações Internacionais e Ciência Política.

Ricardo Antônio Silva Seitenfus: Professor titular de Relações Internacionais e de Direito Internacional Público no departamento de Direito e no Programa de Pós Graduação em Integração Latino-Americana da UFSM e diretor da Faculdade de Direito de Santa Maria. Dr. Em relações Internacionais pelo Institut Universitaire des Hautes Études Internationales da Universidade de Genebra, Suíça.

Palavras-chave: história, nacionalizações, Revolução de 1952, Evo Morales, Bolívia.

Considerações iniciais

Toda sociedade vive à sombra de seu passado. Talvez não haja Estado no mundo ao qual esta verdade se aplique melhor do que aquele da República da Bolívia que, salvo alguns períodos de insurgência, carrega o fardo de uma história de exploração e su-

bordinação política e econômica que sustenta mitos da inviabilidade do desenvolvimento. Conjugue-se a estes fatores a geografia acidentada, o caráter monoexportador de matérias-primas, a debilidade das instituições características das sociedades modernas e o quadro está desenhado: «Bolívia es seguramente el país de América donde más intensamente se han combinado una serie de factores negativos, agudamente opuestos a todo esfuerzo tendiente a desenvolver una sociedad y una economía equilibradas» (Abadie-Aicardi).

Mas desse mesmo território que hospeda uma história de tantas dificuldades e amarguras partem, de tempos em tempos, as vozes de homens e mulheres que tomam consciência de sua existência precária e se fazem diretores do enredo da história de seu país. Assim, também não é fácil encontrar outra sociedade onde as classes populares sejam tão cômicas do seu poder em face do Estado. As classes populares que se insurgem depositam, nos governos que legitimam a expectativa de serem realizadas a promessa de uma sociedade mais justa, e o sonho de um futuro melhor lhes parece reacquirir sentido.

Mesmo que a revolução social empreendida em 1952 – a mais ampla que o ocidente conheceu – não tenha surtido todos os efeitos esperados, o incansável povo boliviano não se rendeu ao mito de Sísifo¹, voltando a empurrar a pedra ao topo da montanha depois de cada nova queda, com esperanças renovadas e agora personalizadas no presidente e ex-líder cocalero Evo Morales. De semelhante com a Revolução social de 1952 este governo tem o fato de ter sido gestado no leito da insurgência dos movimentos sociais e como resultado de circunstâncias especiais. Se ele será capaz de atender às expectativas da população e se esta será capaz de manter o diálogo com o primeiro, para a discussão das mais adequadas políticas que encaminharão a Bolívia do século XXI, é questão cuja solução dependerá das lições aprendidas com a experiência similar vivida pelo país há meio século.

Na busca de signos que permitam instruir a resposta a esta questão o presente trabalho fixou como marcos da análise os dois momentos citados – a revolução nacionalista de 1952 e a ascensão de Evo Morales à presidência da república. Como num movimento pendular, a Bolívia oscila na sua história, entre pontos extremos que provocam, através de movimentos populares insurgentes, o aquecimento das esperanças a cada novo chefe de governo que reconhecem como seu legítimo representante. Para

¹ Na Mitologia Grega, os deuses teriam condenado Sísifo a, incessantemente, rolar uma rocha até o topo de uma montanha, de onde ela cairia de volta devido ao seu próprio peso. Eles pensaram, com alguma razão, que não haveria punição mais terrível do que o trabalho inútil e sem esperança.

que supere esse vai-e-vem infundável, desgastante de homens e instituições, é preciso estudar o passado com os olhos de quem lá vai colher lições para projetar o futuro.

A Revolução Nacionalista Boliviana: esperança e frustração na maior revolução social do Ocidente

Há mais de cinquenta anos os olhos do mundo voltavam-se estarecidos para o levante que inflamou as massas populares de um país encravado nas altitudes solitárias dos Andes, fazendo-as pegar em armas contra o próprio exército, a fim de depor um governante que chefiava o país ao alvedrio de sua vontade. O momento da insurgência e da implementação das reformas pelo governo que lhe seguiu ficou conhecido como a Revolução Nacional Boliviana. As alterações significativas pelas quais passa atualmente a economia e sociedade deste país parecem ter elementos em comum com aquelas ocorridas na Revolução de 1952. O desenvolvimento desta primeira seção do estudo visa, assim, contextualizar esta grande revolução e identificar seus sucessos e fracassos, refletindo-se, nestes casos sobre as suas causas.

Os antecedentes da Revolução

Os fatores desencadeantes da mais importante revolução popular sediada na América latina durante o século passado podem ser buscados em sua primeira metade, na solidão milenar dos altiplanos bolivianos. Neste período (início da década de 40) grupos de civis descontentes, conduzidos ainda pelas aspirações de mudança não atendidas na Guerra do Chaco, começam a se organizar em partidos opositores. O Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), fundado em 1941, vem a consolidar-se como o mais importante expoente deste descontentamento. Ainda que este partido conduza sua atuação política, em um primeiro momento, de forma conservadora, terá seu destino alterado pelo curso de uma história cujo traçado será constantemente questionado e reorientado pela ação insurgente das massas populares.

Logo nos seus primeiros anos de existência, numa atuação condizente com a formação de seus quadros – uma classe média urbana de orientação fascista – o MNR se alia a um grupo militar que leva ao comando do país o Coronel Gualberto Villaroel. Com um governo débil e sofrendo a oposição de grupos de esquerda e direita pela sua orientação fascista, o governo de Villaroel foi deposto em uma sangrenta revolução, chegando a ser retirado à força do palácio presidencial pela multidão revolucionária.

Nos anos seguintes, a instabilidade continuou e os partidos conservadores tradicionais provaram-se incapazes de se sustentar no poder. Atento a estes fatores o MNR busca o apoio do partido trotskista e sai vitorioso nas eleições de 1951, defendendo melhores condições de vida às populações que outrora depuseram Villaroel. Inconformadas com a ascensão de um novo MNR, e amparadas pelos índices significativos de abstenção daquela eleição, as velhas oligarquias rapidamente organizam uma Junta Militar, presidida pelo general Hugo Ballivian, declaram nulas as eleições e assumem o poder.

Esta situação pode ser considerada como uma característica fundamental da fragilidade da democracia boliviana e do ambiente hostil em que teriam de se conduzir os governantes constitucionalmente eleitos.

A débil estrutura das instituições democráticas do país contribuiu para a manutenção de um governo usurpador do poder conferido ao MNR, ao alvedrio da vontade majoritária do eleitorado e das disposições legais. A mesma debilidade é que justifica o fato de que a alteração de tal conjuntura somente se daria ao serem colocadas em jogo as ambições pessoais de um dos ministros de governo de Ballivian. Fator este que o levou a cooperar com a insurgência dos componentes do MNR na tentativa de deposição do governo inconstitucional.

Esta cooperação resultou no repasse de uma pequena monta de armas aos revoltosos, fazendo com que tivesse início o levante. Durante três dias uma luta encarniçada tomou conta das ruas da cidade de La Paz. Arrefecida a resposta do Exército, o ministro desertor se retiraria do combate enquanto a população cidadina, tomada de um heroísmo febril e apoiada fortemente pelos trabalhadores mineiros, resistiria e venceria os regimentos densamente equipados da Junta Militar. O MNR ascende finalmente ao poder e em 15 de abril retorna do exílio portenho e assume a presidência do país Victor Paz Estenssoro, que obteve a maioria nas urnas em 1951.

No entanto, a insurgência assombrosa do povo boliviano não era esperada nem pelo general desertor e tampouco pelos dirigentes do MNR. A esperança de ambos era que se chegasse ao poder mais pela surpresa do golpe que pela resistência no combate que seria travado contra as Forças Armadas do País. Mas estas, ao final, aos membros do MNR tem inças armadas acabam quase totalmente destruídas retirase do combate refugacabam quase totalmente destruídas enquanto a população permanece fortemente armada. No entanto, o exercício do poder não poderia se furtar à realidade de que as

armas estavam nas mãos do proletariado e este, mais tarde organizado em milícias, era o efetivo poder existente na Bolívia. A necessidade que se fazia premente era da tomada de consciência da população insurgida de que, uma vez no governo, surge a responsabilidade de se propor soluções, elaborar programas, porque a tomada do poder não é garantia de melhoras estáveis. Estas – sobretudo quando se trata de combater situações de extrema pobreza – precisam ser enfrentadas por programas de longo prazo que, no contexto do sistema de organização social que concebemos contemporaneamente, só serão possíveis a partir da reorganização do aparelho estatal e da consideração dos instrumentos democráticos de participação, de forma que reste preservado o respeito às instituições.

Como parte de um sistema que se retroalimenta o presidente Paz Estenssoro tinha a seu cargo a tarefa de responder às demandas populares com a execução de programas de governo que refundassem a sociedade e permitissem o acesso efetivo dos grupos revoltosos às instituições estatais. Assim poderia ser superada a relação que a revolução estabelece com a instabilidade. A reversão da anomia se construiria paulatinamente pela formação de um sentimento de pertencimento destes grupos não dominantes economicamente e da população como um todo ao Estado.

Na esperança das reformas, a expectativa de um povo

Sob os olhares vigilantes das milícias populares, Paz Estenssoro promoveria, nos quatro anos que envolvem o seu primeiro governo, uma série de reformas substanciais para a sociedade boliviana, dentre as quais três aparecem como as mais significantes em função do seu conteúdo e amplitude.

Uma destas importantes reformas ampliou os direitos de cidadania. Em 1956 Estenssoro institucionaliza o sufrágio universal no país, pondo fim a um sistema eleitoral em que as mulheres e mais de 70% da população masculina era excluída, por ser analfabeta ou não possuir os requisitos mínimos de propriedade fundiária exigidos.

Outra importante medida foi aquela adotada em 2 de agosto de 1953, através da promulgação do Decreto instituidor da Reforma Agrária. Esta foi tida como a medida de maior conteúdo social levada a cabo em seu primeiro mandato e trazia o lema «La tierra para quien la trabaja». O Decreto viabilizava a possibilidade de redistribuição, aos camponeses que estivessem trabalhando a terra, das propriedades consideradas improdutivas ao longo de todo território boliviano.

A despeito das expectativas que, em um primeiro momento, possam ter nascido com esta Reforma, encontra-se, entre estudiosos bolivianos, a crítica de que «una vez distribuida la tierra –especialmente a las familias–, la Reforma Agrária de 1953 deja a los campesinos abandonados a su suerte, sin ningún apoyo ni políticas públicas explícitas de desarrollo rural» (Urioste Fernández de Córdova). O descaso com a continuidade das políticas de apoio a um cultivo otimizado e sustentável da terra, caracterizado pela inexistência de redes de comunicações e educação rural, transportes precários, ausência de investimento em ciência e tecnologia e escassez energética, fez com que este amplo leque de possibilidades fosse ignorado, trazendo como consequência resultados materiais paupérrimos e uma grande desilusão para com um Estado que se demonstrava incapaz de pensar um país de maneira completa, não segmentada.

Desta forma, os avanços sociais inicialmente esperados pela medida social redistributiva foram frustrados pela ausência de um programa a longo prazo que, partindo da demanda pontual da redistribuição de terra, fosse capaz de conduzir, ao final, à superação do atraso agrário em que se encontrava o país. «El sector agrário permaneció distante, cerrado sobre sí mismo, manteniéndose como una estructura económica señorial, impermeable a los progresos técnicos y centrada en niveles de producción tendientes primordialmente a la mera subsistencia» (Abadie-Aicardi).

Uma terceira grande medida implementada pelo governo Paz Estenssoro toca em um ponto essencial à compreensão de todos os ciclos de exploração e pobreza por que passou a Bolívia nos seus cinco séculos de história. Trata-se da nacionalização das mais importantes minas de estanho em atividade, produto que respondia pela quase totalidade dos valores exportados pelo país à época.

A gestão estatal das grandes fontes de recursos do país possibilitava ao poder público direcionar o curso da atividade, bem como os recursos dela advindos para projetos que espraiassem o desenvolvimento de outros setores econômicos. É verdade que, por ser uma indústria localizada, sem grandes encadeamentos com outros setores da economia, a simples gestão eficiente da Comisión Minera de Bolivia (Comibol) não seria a solução para os problemas econômicos da Bolívia. Conjugada a esta, teria que estar a boa administração dos recursos por ela aportados, o que poderia melhorar as condições de vida dos trabalhadores das minas no curto prazo e a das outras classes populares, pelo investimento em setores como o agrícola, responsável pela maioria da mão-de-obra empregada no país, no longo prazo. Nem um – a boa gestão da empresa

estatal criada – nem outro – o eficiente emprego dos recursos dela obtidos – se efetivou.

Em síntese, durante os quatro anos de seu primeiro mandato (1952-1956), Paz Estenssoro, visando atender às múltiplas reivindicações de uma população armada, cônica de sua força ante o governo, realiza importantes reformas na sociedade e economia bolivianas. Muitas destas, entretanto, pela série de fatores apontados, não conseguem ser eficazes no que diz respeito à melhoria da qualidade de vida das classes populares.

Avaliando-se o período em que se inserem as mudanças e aquele que o segue pode-se atribuir a responsabilidade do seu insucesso tanto ao governo quanto às massas populares. Estas, no afã de serem atendidas a multiplicidade de suas aspirações pressionam o governo, que responde com medidas de efeito imediato mas que pouco conseguem operacionalizar soluções que resolvam a conformação estrutural do país. O paradoxal é que estas pressões e respostas se retroalimentam dentro do sistema que relaciona as instituições estatais às forças populares e acabam resultando em prejuízo a ambas: o governo boliviano, privado de capital humano qualificado e preocupado em atender às demandas do povo responde com remédios de efeito praticamente instantâneo mas de difícil operacionalização; os movimentos populares, ao usarem de seu poder de legitimação do governo através da insinuação de sua força evidenciam a instabilidade política do país. Ao final, em prejuízo de ambos, restam seriamente comprometidas as instituições do regime democrático. Daí porque as relações que se estabelecem entre Estado e população devam ser de coordenação e não de subordinação. Quando a força de um prevalece sobre o outro, o somatório final resulta aviltador da democracia e, portanto, negativo para ambos. Na difícil solução deste embate se encontra a chave do desafio que se impunha e se impõe às sociedades pós-revolucionárias.

As lições extraídas do período que envolve a revolução de 52 dizem respeito sobretudo às relações entre o Estado e a população, sugerindo que os maiores desafios da Bolívia passam pelo campo político antes que pelo econômico. Essas lições ressaltam uma faceta do sistema político que virá à tona em outros momentos: a sociedade não se vê como governo e este não se percebe como instrumento programático do porvir daquela. O choque entre um e outro se repetirá a cada tempo que se enxergarem como opositores e o movimento de oscilação deste pêndulo da história jamais quebrará o continuo ir e vir que impede a sociedade de progredir, aprisionando-a num presente constante de miséria e revolta, encurralando-a numa dimensão que transcende

tempo e espaço, em que parece ser impossível apreender com o passado e tampouco preparar o futuro.

Ventos passados soprando a nova Revolução: a ascensão de um cholo à Presidência da República

Passados mais de cinquenta anos da Revolução Nacional Boliviana e um novo levante encabeçado pelas classes populares volta a convulsionar as frágeis estruturas institucionais do país. A similaridade das causas presentes com aquelas que orientaram as manifestações do passado parece evidente, de forma que o movimento da História insiste em pendular, em busca de lições que lhe libertem desta oscilação interminável.

A segunda seção deste estudo investigará os precedentes da insurreição popular que resultará na eleição do líder cocalero Evo Morales, suas primeiras ações em resposta as demandas populares, e possíveis desafios à consolidação de sistema democrático forte e estável no país.

Na falência do governo Lozada o gérmen de uma nova liderança popular

Superadas as sangrentas revoltas populares da década de 40 e a sucessão de governos militares, nas décadas de 70 e 80, ultrapassa-se, também, o conturbado retorno à democracia.

O comum a todos estes períodos foi a deterioração progressiva da qualidade de vida da população indígena, a qual representava, à época, mais de 85% do total fixado em território boliviano e a incapacidade dos governos em aliar respostas rápidas às demandas coletivas com políticas públicas efetivas e eficazes.

O problema persiste na década de noventa e emerge como um dos principais desafios do presidente eleito em 1993, Sánchez de Lozada, de modo que em seu governo se dá um intenso período de reformas institucionais, as quais somente encontrarão paralelo no contexto de 1952, revisitado no primeiro capítulo.

Norteando as medidas levadas a cabo pelo Governo Sánchez de Lozada, vislumbra-se o imperativo que iria se alastrar por toda a América Latina após a queda dos governos militares: a necessidade de modernização da economia. Esta, em países cujos investimentos no mercado interno se revelam incipientes, em contraposição com a ri-

queza natural que geralmente sustentam, reduzir-se-ia à cega abertura ao faminto Mercado Mundial.

Nesta seara se destacaria a Lei de Capitalização, promulgada nos anos iniciais de Lozada, e cujos efeitos mais relevantes dizem respeito à criação de mecanismos de transferência da gestão das empresas do Estado para o setor privado.

Ainda sob o pretexto de promover o ingresso de empresas transnacionais, é elaborado e aprovado, depois deste, um marco jurídico orientado à privatização da indústria petrolífera, nesta época a maior fonte de divisas do país.

Em 30 de Abril de 1996, é promulgada a Ley de Hidrocarburos n.º 1.689, a qual traz drásticas mudanças com relação à propriedade dos hidrocarbonetos. Dispondo, inicialmente, que o Estado é proprietário das reservas de gás natural enquanto estas se encontrarem em seu subsolo, legaliza a transferência desta propriedade às empresas transnacionais assim que estas descobrissem uma nova reserva e passarem a explorá-la, declarando-as campos comerciais. Não fosse o bastante, ainda faculta a estas mesmas empresas o direito de construir e operar dutos para o transporte de sua própria produção e a de terceiros, numa manobra que, visivelmente, retira do Estado a possibilidade de fiscalizar a exploração de suas reservas nativas e delas se beneficiar de maneira razoável.

Em Agosto de 1997, dois dias antes de deixar a presidência da república, Lozada apenas formaliza o que já vinha acontecendo de fato: transfere plenamente às empresas transnacionais a propriedade dos recursos hidrocarboníferos encontrados em solo boliviano, inclusive os excedentes gerados, facultando às mesmas a decisão de sua destinação final. A Bolívia, a partir de então, concede, simbolicamente, aos Estados dispostos em investir na extração de recursos energéticos, a possibilidade de enriquecer às custas do empobrecimento de seu povo. O Estado boliviano deixa de ter qualquer ingerência no processo que vai da extração à exportação do produto, só restando a ele a captação de impostos estabelecidos por lei, que não passam de 18% do arrecadado.

O Decreto Supremo n.º 24.806 também altera drasticamente a concepção de excedente hidrocarbonífero, já que a lei anterior, promulgada em 1990, era taxativa em afirmar que o Estado era proprietário das reservas, da produção e da comercialização, e portanto, participava e era o beneficiário direto da geração, distribuição e uso do excedente. Com a promulgação das leis de capitalização e hidrocarbonetos se passa drasti-

camente de uma visão de economia estatal hidrocarbonífera, a qual teve uma vigência de sessenta anos, a uma de total privatização (Quiroga).

O que se constata, com tudo isso, é a incapacidade do governo eleito em, tomar o bonde da história, conciliando a forte demanda mundial de recursos energéticos com a possibilidade de angariar recursos capazes de redimensionar os rumos do país, através de investimentos substanciais em áreas aptas a trazer modernização e inteligência, reordenando o aparelho do Estado.

Este modelo seria seguido, ainda que tropeçasse nas leis internas e externas², nos governos seguintes, de Banzer e, com sua renúncia, no de seu vice, Jorge Quiroga.

O retorno de Lozada: remédios antigos para renovadas mazelas

A eleição que deu o segundo mandato a Lozada não lembraria, em nada, a tranqüilidade da primeira. Enfrentando um candidato cuja liderança foi forjada durante seu primeiro mandato, em repúdio a suas propostas, Lozada se vê eleito com uma margem irrisória de votos, que, embora aptos a lhe conceder a presidência, se revelariam incapazes de mantê-la.

O contexto mundial em que se deu este segundo período também estava alterado: o petróleo, combustível fóssil não renovável, cuja vasta maioria de jazidas foi descoberta no início da década de 70, assumia preços cada vez mais elevados, fazendo com que os Estados fortemente importadores procurassem alternativas viáveis. O gás natural, encontrado em abundância no subsolo boliviano, e regido por um marco jurídico irresponsável, mostrava-se opção das mais atrativas aos investidores estrangeiros, sobretudo aos americanos. Estes, de fato, lançaram as bases de um possível acordo com o governo, em que ficara estipulada a exportação do gás natural pelos portos do Chile, inimigo histórico da Bolívia, à taxa de \$ 2,5 o barril, o que representava a metade do valor cobrado de quaisquer outros Estados, mesmo os vizinhos Argentina e Brasil.

Para o infortúnio de Lozada, também a população havia mudado. A consciência de que o processo de transferência da propriedade dos hidrocarbonetos às empresas

² Como exemplo disso, tem-se a Resolução 1.803 da AG das Nações Unidas: «Art.1. O direito dos povos e das nações a soberania permanente sobre suas riquezas e recursos naturais deve ser exercido com interesse do desenvolvimento nacional e bem-estar do povo do respectivo Estado».

transnacionais encabeçado por Lozada, em seu primeiro mandato, não havia sido realizado de maneira transparente, resultando em drásticos prejuízos ao país, tornou o ambiente político e social tenso.

A mobilização popular, que, desde 1952, girava em torno de partidos políticos e reivindicações de classe, ganha novos contornos no momento em que a vasta gama de excluídos passa a reconhecer a semelhança em seus traços, suas origens e suas mazelas. Dá-se, então, a ascensão de um processo de politização das identidades étnicas, de forma que suas reivindicações presentes buscam elementos históricos de legitimação. Paralelamente a esta coesão indígena, o descontentamento civil com o modelo econômico neoliberal e as práticas imperialistas volta a ser brandido pelas esquerdas e ganha adeptos entre mineiros, cocaleros, desempregados, estudantes, e distintos setores envolvidos no movimento social boliviano. A população, em sua pluralidade de traços e insatisfações, se une em torno de três reivindicações: a) A criação de uma nova Lei de Hidrocarbonetos que devolvesse sua propriedade ao Estado; b) A convocação de uma Assembléia Constituinte; c) A renúncia de Sanchez de Lozada.

Segue-se um período de séria instabilidade social, em que se sucedem greves gerais, bloqueios de estradas, etc, fazendo com que Lozada, pressionado, inclusive por membros de seu governo a renunciar ao cargo, ordene às tropas que contenham a multidão revoltosa. Dessa reação do governo acabam resultando mais de 300 mortos e a expulsão de Morales – eleito deputado em 1997 – do Congresso Nacional, sob a alegação de haver incitado camponeses ao enfrentamento dos militares.

Evo Morales na presidência: o Estado assume as feições do povo

A comoção popular somente seria aplacada com a renúncia de Lozada, em Outubro de 2004, quando assume o poder seu vice, Carlos Mesa, contando com o apoio de 80% da população. Entretanto, das medidas por ele anunciadas em sua posse – convocação de um referendo vinculante acerca da propriedade dos hidrocarbonetos; convocação de uma Assembléia Constituinte; criação de uma nova Lei de Hidrocarbonetos – somente a primeira é realizada, e de modo incompleto, submetendo-o, assim, à mesma fúria das massas que lhe colocou na presidência.

A renúncia de Mesa traz como consequência a ascensão ao poder do chefe do judiciário, que, tão logo assume o cargo, convoca novas eleições democráticas. O cenário eleitoral boliviano deste contexto é composto por dois partidos principais: Poder Democrático Social (Podemos), representado por Jorge Quiroga, e Movimento ao Socia-

lismo (MAS), centrado na figura de Evo Morales. A população escolheria a segunda alternativa.

A obtenção de 54% dos votos válidos faz com que, no interstício democrático boliviano, o apoio concedido a Morales somente encontre paralelo em 1952, no governo de Paz Estenssoro. Este último, no entanto, havia conduzido as massas na maior revolução já vista em solo sul-americano, e dado cabo a reformas estruturais que transformariam a realidade boliviana. Eleito, sobretudo, devido ao cansaço de um povo em relação a grupos políticos tradicionais, as expectativas lançadas sobre Evo Morales podem desempenhar papel positivo – se, ao adotarem uma postura fiscalizadora, estabelecerem um canal de comunicação permanente com o governo – ou danoso à democracia – se, diante dos primeiros impasses, optarem pelas revoltas ao invés das negociações.

Morales, menos de quatro meses depois de assumir a presidência, dará o caráter vinculante ao referendo realizado por Mesa, no qual 92% dos votantes revelaram-se a favor da nacionalização das jazidas de petróleo e gás natural. Com o Decreto Supremo 28.071, de 1.º de Maio de 2006, Morales devolve ao Estado Boliviano a propriedade dos recursos naturais ali encontrados e retoma a gestão de todas as etapas de produção daqueles. Este ato vem eivado de simbologias, tais como a tomada de sedes das empresas transnacionais por militares, que, criticadas pelo mundo, acometem de entusiasmo a população boliviana, que se vê atendida em sua reivindicação maior. É importante salientar que viabilizar a governabilidade se tornara um dos principais desafios ao presidente eleito, e, para tanto, era necessário apaziguar o descontentamento das massas, acumulado em anos de governos falidos.

A atuação de Morales, como canalizador das vontades populares, talvez possa ser classificada como neopopulista. Entretanto, tal conotação deve se despir de preconceitos passados e considerar a nova feição que o conceito adquire com os desafios que impõe a sociedade boliviana a seu mais novo governante: a ciência de que foge à razoabilidade a exigência, em um país de tantas mazelas, de que cada um abdique de suas necessidades imediatas em favor de meras expectativas de melhoras futuras. Do equilíbrio destas demandas conflitivas – mas não excludentes – dependerá o futuro e a estabilidade da frágil democracia boliviana.

Reflexões finais

«Começa agora a nova historia da Bolívia.» É a profecia de Evo Morales ao tomar posse de um cargo nunca antes ocupado por um indígena. Em um país onde esta é a origem étnica da esmagadora maioria da população, não se estranha o deslumbramento daqueles que em Evo Morales personificam suas próprias aspirações. Tendo tomado posse segundo os rituais aymaras, honraria somente concedida a Simon Bolívar, Morales renova as promessas de autonomia e liberdade feitas pelo pai da independência sul-americana há mais de dois séculos.

Entretanto, a realização de seus propósitos está intimamente ligada à capacidade de compreender as derrotas passadas como pistas para a solução dos problemas presentes. A partir do legado revolucionário de 1952, a historia oferece a Morales a chance de evitar a repetição dos erros passados, fazendo de seu governo palco para o enfrentamento dos desafios de sua época.

No setor econômico o maior desafio de Morales está em bem administrar os ingressos de valores que a indústria extrativa aporta ao país. Em 1952 a expectativa do governo pós-revolucionário era a de operacionalizar políticas redistributivas a partir dos recursos provenientes das companhias de estanho nacionalizadas. Hoje a ênfase passou daquele minério para o gás natural. O papel deste no jogo estratégico internacional é muito significativo já que representa, num cenário de alta dos preços do petróleo – principal componente da matriz energética mundial – uma alternativa mais barata e menos poluente que aquele. O povo boliviano acompanhava, no alvorecer do século XXI a valorização no mercado internacional de sua principal riqueza enquanto suas condições de vida tornavam-se cada vez mais precárias. Neste contexto a nacionalização dos hidrocarbonetos devolvendo a capacidade regulatória do Estado da indústria extrativa vai além da questão econômica para atingir a dimensão política. Se é verdade que da simples gestão eficiente dos recursos que o comércio do gás não resultarão as melhoras o automático desenvolvimento econômico e social da Bolívia é certo que dos recursos materiais fornecidos por ela depende o impulso das políticas públicas redistributivas prometidas pelo governo.

No setor político-social, as questões que requerem solução efetiva gravitam em torno da viabilização da governabilidade, o que depende, pontualmente, da administração das necessidades elencadas a seguir.

Um destes desafios consiste na necessidade de congregação dos interesses das diferentes regiões bolivianas, as quais individualizam cada vez mais suas reivindicações. Um dos fatos de divergência entre a insurreição popular que pedia a renúncia de Lozada e aquela que urgia pela deposição do governo militar em 1952 é o fator de coesão popular. Enquanto na década de cinquenta as classes trabalhistas e os partidos políticos é que se mostravam os principais eixos de concentração revolucionária, no novo século é o elemento étnico que congrega as massas. Pode-se compreender este deslocamento de duas formas: a primeira delas dizendo respeito a volatilidade dos partidos políticos, incapazes de manterem coerência em suas reivindicações – tome-se o exemplo do MNR que, em 1952 será o partido do governo que ascende com a Revolução e, em 2004, será o governo deposto pelas massas – e a segunda em um processo de reconhecimento do elemento étnico como o mais apto a reivindicação de dívidas históricas.

O desafio seguinte diz respeito à tomada de consciência das massas de seu pertencimento ao Estado. A instabilidade social verificada na Bolívia na década recente nos remete a um Estado cujos cidadãos, além de segmentados entre si, sentem-se desligados também do Estado a que pertencem. Deste contexto, duas reações tornam-se possíveis: a apatia política ou a revolta contra o governo situacional. A segunda, quando coletivizada, pode acabar resultando na banalização de um importante gesto de descontentamento: as revoltas populares. À medida que o espaço público é repetidamente utilizado com esta finalidade, vai-se incutindo no consciente coletivo a idéia de que somente através desta via pode-se expressar descontentamento.

Partindo do contexto anterior, impõe-se a Morales a necessidade de consolidar uma cultura de diálogo e negociação entre governo e classes populares capaz de reverter o ciclo - descontentamento – revolta – enfraquecimento do governo – tomada do poder – a que o povo Boliviano tem recorrido, sem sucesso, ao longo de sua história. Somente com o enraizamento destes hábitos democráticos a república democrática boliviana será capaz de se manter viva.

O eventual sucesso de Morales irá demonstrar que a falha estava na forma de gestão dos assuntos do Estado e nas formas de relacionamento deste com outras instituições democráticas. Aí se dará o efetivo recomeço da história da Bolívia, com a sua libertação do hipnótico movimento do pêndulo que entre avanços e retrocessos impede que as práticas democráticas se enraízem definitivamente na sociedade boliviana. So-

mente assim a democracia se consolidará como instrumento reconhecido e respeitado de emancipação dos excluídos.

Referências bibliográficas

- Abadie-Aicardi, Raúl Federico: *Economía y sociedad de Bolivia en el siglo xx*, Río de la Plata, Montevideo, 1966.
- Análisis de casos: la guerra del gas en Bolivia, *Revista del Observatorio Social de América Latina (OSAL) Argentina* ano IV, n. 12, 9-12/2003, Clacso.
- Espinoza, Lourdes: *Reformas estructurales y pobreza en Bolivia*, Instituto de Investigaciones Socio- Económicas, La Paz, 1996.
- Laserna, Roberto e Annette Schwarzbauer: *Bolívia: Movimentos Sociais e Problemas de Governabilidade*. Europa-América-latina n. 19, Fundação Konrad Adenauer, Rio de Janeiro, 2005.
- Quiroga, Antonio Aranibar: «A Agenda Internacional da Bolivia No Início do Século XXI» in *Cadernos Adenauer* n. 07, Fundação Konrad Adenauer, São Paulo, 2000, pp. 135-157.
- Toranzo Roca, Carlos: «Bolívia: Una revolución democrática» in *Nueva Sociedad* Edición Especial, 3/2006, <www.nuso.org/docesp/toranzo_final.pdf>.
- Urioste Fernández de Córdova, Miguel: «Bolívia: el abandono de la reforma agraria en zonas de los valles y el altiplano» in FAO: *Reforma agraria: colonización y cooperativas*, FAO, Roma, 2004.
- Villa, Rafael Duarte e Vivian Dávila Urquidi: «Venezuela e Bolívia: Legitimidade, Petróleo e Neopopulismo» in *Política Externa* vol. 14 n. 4, 3-5/2006, São Paulo, pp. 63-78.

Este artículo es la versión original en portugués de «Bolivia en el péndulo de la historia», incluido en *Nueva Sociedad* N^o 209, marzo-abril de 2007, ISSN 0251-3552, <www.nuso.org>.